



PROGRAMA

CHAPA 3
ANDES-SN
CLASSISTA E DE LUTA 



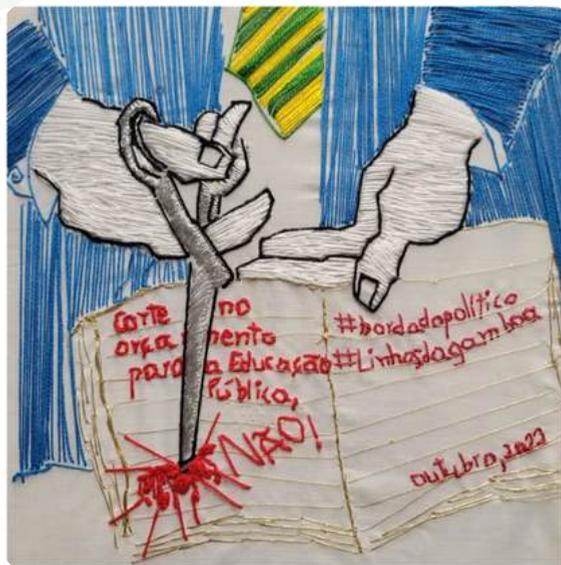
SUMÁRIO

- *Introdução, p. 2*
- *Quais as tendências para o próximo biênio? , p. 6*
- *Por que é necessária uma nova direção efetivamente classista e de luta no ANDES-SN? , p. 9*
- *Política Educacional, p. 14*
- *Ciência e Tecnologia, p. 20*
- *Carreira Docente, p. 24*
- *Seguridade Social, p. 28*
- *Política de combate às opressões, p. 32*
- *Política ambiental, urbana e agrária, p. 36*
- *Comunicação e Arte, p. 40*
- *História do Movimento Docente, p. 42*
- *Formação Sindical, p. 45*
- *Política para as oposições pró-ANDES-SN, p. 48*
- *Nominata, p. 50*

INTRODUÇÃO

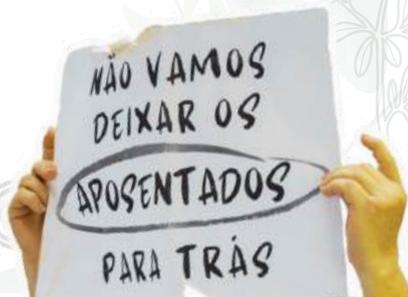
O **cotidiano da categoria docente** tem sido atravessado por inúmeros obstáculos ao exercício do ensino, da pesquisa e da extensão, com condições de trabalho adequadas e remuneração digna. O estrangulamento orçamentário chegou ao ponto de o orçamento discricionário das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), em 2024, corresponder a 43% do que recebíamos em 2013. O endividamento assola as condições de vida e a **saúde mental** de boa parte da categoria. Além disso, tornou-se algo naturalizado que docentes tirem recursos do próprio bolso para comprar insumos e equipamentos, ao mesmo tempo em que os salários vêm sendo arrojados, com o acúmulo de perdas inflacionárias. Chega-se à situação dramática de cortes no fornecimento de água e energia elétrica, como vimos na UFRJ em 2024, além de suspensões e redimensionamento em serviços de segurança e limpeza, com fortes impactos na vida de trabalhadoras(es) terceirizadas(os). Apesar do anúncio do “Novo PAC” com novos campi de Institutos Federais e Universidades, a **falta de verbas** para obras torna nossas instituições inseguras para trabalhar, até com desabamento de tetos, ou insalubres, com infiltrações e ausência de climatização adequada. A chamada “interiorização”, que traz a promessa de suprir desequilíbrios regionais, não vem acompanhada de condições para a fixação de docentes nos campi distantes dos grandes centros urbanos ou em áreas de fronteira.

Ao mesmo tempo em que o orçamento é cortado, cresce o montante entregue ao Congresso Nacional para emendas, fazendo com que as instituições se subordinem a interesses eleitoreiros para receber aquilo que já era seu, com perda de autonomia na definição da aplicação dos recursos. Ademais, a política educacional do governo segue tendo como prioridade a rede privada, alimentando as grandes corporações de ensino e tecnologia, que lucram com a expansão do Ensino a Distância (EaD), e agora se espraiam para a Educação Básica. Nas universidades estaduais, o quadro de subfinanciamento se repete com suas particularidades, a exemplo da falta crônica de docentes efetivos e a precarização por meio das(os) professoras(os) substitutas(os) e voluntárias(os) e, na Educação Básica Técnica e Tecnológica (EBTT), a categoria luta contra as pressões por maior jornada em sala de aula e o controle de frequência. A condição do trabalho docente está intimamente ligada às demais categorias da comunidade universitária.



A desvalorização da carreira dos técnicos-administrativos e a falta de recomposição do quadro têm levado a uma transferência cada vez maior de trabalho administrativo para os docentes, mediado pelas plataformas digitais. A intensificação do trabalho leva à deterioração das relações interpessoais, resultando em mais casos de assédio e graves repercussões na saúde física e mental da categoria. Crescem as dificuldades para a permanência estudantil, com repercussões na relação de ensino e aprendizagem.

As perdas de direitos por meio das contrarreformas têm afetado as famílias trabalhadoras de forma geral, e cada vez mais docentes acumulam o papel de apoio econômico a familiares, e de cuidadores, condição que recai com maior peso sobre as mulheres. Ao mesmo tempo em que a categoria tem se tornado mais diversa, com o ingresso (ainda que insuficiente) de pessoas negras, indígenas, quilombolas, com deficiência, trans e travestis, há uma necessidade de luta constante contra as discriminações e opressões. Para docentes aposentadas(os), as várias manobras dos governos para distanciar as remunerações de servidoras(es) da ativa e aposentadas(os) e confiscar parte dos rendimentos, criam um quadro de crescentes dificuldades para suprir as condições para uma vida plena e saudável após décadas de contribuições à sociedade. As perspectivas para as novas gerações, de poder usufruir a aposentadoria, são cada vez mais inseguras.



É em resposta a esse quadro que professores e professoras de todo o país têm se erguido em lutas, com greves e manifestações, em unidade com outros segmentos da classe trabalhadora. O ano de 2024 foi marcado por fortes greves em instituições estaduais, distritais, municipais e federais, que enfrentaram ataques antissindicais dos governos e reitorias, com a criminalização das lutas, impondo multas, cortes de salários e processos administrativos.



QUAIS AS TENDÊNCIAS PARA O PRÓXIMO BIÊNIO?

As causas e vias de solução para os problemas com os quais nos defrontamos em nosso cotidiano não serão encontradas à margem das lutas mais gerais dos trabalhadores, inclusive em nível internacional. Desde a eclosão da crise de 2007-2009, cujos impactos no Brasil se fizeram sentir com maior intensidade a partir de 2014, a burguesia imperialista está na ofensiva, destruindo antigas conquistas de trabalhadoras e trabalhadores e intensificando a exploração de povos e continentes. O genocídio do povo palestino, por parte do Estado sionista de Israel é a demonstração mais cabal de que independente de quem ocupe o posto de presidente dos Estados Unidos, expressará as tendências bélicas. Sob o comando do fascista Trump, porém, a política imperialista se manifesta sem filtros, com toda sua cruzeza e violência. É necessário responder com o internacionalismo proletário, com ações concretas em defesa de todos os povos que lutam por sua autodeterminação.



No Brasil, passamos da metade do governo Lula/Alckmin, que acumula desgastes com sua própria base eleitoral, amargando uma queda na popularidade. Apesar do simbolismo da posse, com indígenas, negros, mulheres e pessoas com deficiência subindo a rampa do Palácio do Planalto, seu governo mostra a cada dia, a impossibilidade de conciliar interesses de exploradores e explorados, opressores e oprimidos. Subordinado ao rentismo, Lula substituiu o “Teto dos Gastos”, pelo “Novo Arcabouço Fiscal”, preservando os fundamentos da máxima prioridade em garantir o pagamento de juros e amortizações aos credores da dívida pública.

As contrarreformas administrativas vêm sendo aplicadas por governos municipais, estaduais e federal, articulando também os parlamentos e o judiciário. A PEC 32/2020 continua como uma ameaça, mas algumas de suas medidas já vêm sendo aplicadas de forma fatiada por meio de mudanças em planos de carreiras nos acordos de greve e da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de julgar constitucional a contratação pública por fora do Regime Jurídico Único.





Em relação aos direitos das mulheres, vergonhosamente, o governo Lula/Alckmin cede rapidamente a qualquer pressão conservadora até mesmo para reverter normas bolsonaristas que dificultam a realização dos abortos em casos previstos em lei, ampliando a violência sobre meninas, mulheres e pessoas que gestam. Com a polarização política se intensificando em direção à direita, o PT se alia com setores cada vez mais privatistas e conservadores. Pela característica deste partido ter nascido no movimento operário, sindical e popular e mantido a direção de importantes entidades representativas, o governismo se torna um obstáculo para que trabalhadoras, trabalhadores, a juventude e outros setores oprimidos se levantem em torno das suas reivindicações. Desenvolve-se uma cultura do medo em que a independência política é acusada de provocar a ultradireita. Nada mais falso. A ultradireita é expressão dos interesses vorazes do capital em sua fase de decadência.

A via da conciliação alimenta ilusões com promessas que rapidamente se mostram vazias e a burocratização das organizações de massa deixam a classe trabalhadora desarmada e exposta à máscara antissistema da ultradireita. Somente uma mudança na vida real e concreta, na vida cotidiana de trabalhadoras e trabalhadores, no que diz respeito às suas condições de existência, pode derrotar a sanha direitista.

POR QUE É NECESSÁRIA UMA NOVA DIREÇÃO EFETIVAMENTE CLASSISTA E DE LUTA NO ANDES-SN?

Acumulamos enormes desafios para lutar em defesa da Educação Pública, salários e direitos. As tendências do capitalismo são de intensificação dos ataques às condições de trabalho, estudo e de existência da classe trabalhadora.

Qual o tipo de direção sindical que é necessária para o próximo biênio?



A CHAPA 3 ANDES-SN CLASSISTA E DE LUTA É A ÚNICA CAPAZ DE GARANTIR UM SINDICATO INDEPENDENTE PERANTE OS GOVERNOS

A greve das Universidades Federais revelou que a atual diretoria, que tenta sua continuidade com a Chapa 1, abandonou há tempos o campo da independência, na medida em que a força política que dirige o coletivo Andes de Luta e pela Base (ALB) está na base do governo. A tentativa de frear a deflagração da greve, o rebaixamento das reivindicações e as manobras antidemocráticas que levaram ao fim precipitado do movimento paredista foram a tônica dessa gestão, que concluiu rachada e desmoralizada perante amplos setores da base. Nesse recuo político, a ALB foi se aproximando do Renova Andes, o campo historicamente identificado com o governismo, que se dividiu nesse pleito nas chapas 2 e 4. Todas as chapas falam de “independência”, mesmo aquelas que são do mesmo partido do Presidente da República. Sabemos, porém, que na hora H, esses agrupamentos revelam sua capitulação e bloqueiam o desenvolvimento da luta e a unidade com os demais trabalhadores.

Por isso, nos colocamos no campo da **oposição à esquerda** em relação ao governo Lula/Alckmin e expressamos a nossa independência em relação a todos outros níveis e esferas governamentais, assim como em relação às reitorias. Esta independência será fundamental diante das eleições de 2026 e do fortalecimento do nosso sindicato frente a tentativas de aparelhamento.

A CHAPA 3 ANDES-SN CLASSISTA E DE LUTA É A ÚNICA CAPAZ DE DEFENDER OS MÉTODOS HISTÓRICOS DA NOSSA CLASSE

A perda da independência faz com que a mobilização e a ação coletiva sejam substituídas pelos atos simbólicos transmitidos pelas redes sociais, os tuitaços e a subordinação ao terreno jurídico e parlamentar. A vitória de educadores, indígenas e quilombolas no Pará contra a precarização da educação pública comprova que esse não é o caminho. Por meio da ocupação, greve e manifestações massivas foram capazes de reverter um ataque mortal à educação e aos povos originários. Em momento algum confiaram na institucionalidade, mantendo o movimento até a publicação em Diário Oficial da revogação da Lei 10.820/2024. Caminho bem diverso foi trilhado pela diretoria atual do ANDES, que junto com o Renova desmantelou a greve sem nenhuma garantia, levando a categoria a ficar sem forças para reagir ao descumprimento do acordo por parte do governo. O que foi acordado ainda rifou parte importante da categoria: aposentadas(os). Amargamos agora a espera por um reajuste que, além de rebaixado, está atrasado e com o risco de não ser cumprido.



A via da solidariedade é o contraponto do individualismo neoliberal e o caminho para recuperar nossa força coletiva. As direções governistas, porém, substituem a unidade de ação por acordos de cúpula. A desfiliação da CSP-Conlutas sem apresentar nenhuma alternativa concreta, por exemplo, levou o ANDES-SN a um isolamento prejudicial às nossas greves e ao fortalecimento das lutas da classe trabalhadora.

A CHAPA 3 ANDES-SN CLASSISTA E DE LUTA É A ÚNICA CAPAZ DE ABORDAR DE MODO CONCRETO AS NECESSIDADES DA CATEGORIA

A situação da classe trabalhadora encontra-se em níveis de precariedade e desumanização graves. Nossa categoria enfrenta desafios que se impõem cotidianamente, afetando a qualidade de trabalho e de vida das pessoas. Para combater esses obstáculos não podemos nos furtar da luta concreta e das ações firmes no presente. Não é possível adiar ou terceirizar a batalha para quando a situação estiver mais favorável ao avanço da classe trabalhadora, pois esse momento não chegará até que se finde o capitalismo. Como um sindicato classista, o Andes-SN precisa fazer os devidos enfrentamentos, sem rebaixar a luta à criação de GTs com o governo, aos debates incessantes e às vias institucionais parlamentares. Por isso, a Chapa 3, como oposição à esquerda, manifesta concretamente suas proposições, sem convocações em abstrato e endereçando os desafios de modo autônomo e independente.

A CHAPA 3 ANDES-SN CLASSISTA E DE LUTA É A ÚNICA CAPAZ DE RETOMAR OS PRINCÍPIOS DE AUTONOMIA, CONSTRUÇÃO PELA BASE E DEMOCRACIA

Historicamente, o ANDES-SN estabelece seus métodos e ações de luta a partir da base, fortalecendo encontros deliberativos e os grupos de trabalho. No entanto, vê-se cada vez mais nestes espaços manobras que minam a construção democrática do debate e a manifestação segura de opiniões contrárias às hegemônicas. O aparelhamento das estruturas do sindicato chegou a seu ápice durante a greve das federais de 2024, em que decisões da base foram negligenciadas, em uma mudança repentina de metodologia de deliberações. Pega de surpresa, a categoria se viu empurrada a apenas cancelar uma decisão que veio de cima para baixo. Essa situação gravíssima não pode continuar se repetindo e, como **oposição à esquerda**, a Chapa 3 é a única com as condições necessárias de retomar os princípios de autonomia, construção pela base e democracia. Esta é a única chapa que pode reivindicar para si as vitórias políticas da greve, denunciando desde muito cedo os golpes desferidos pela diretoria, com o punhal lhe dado pelo governo Lula/Alckmin.

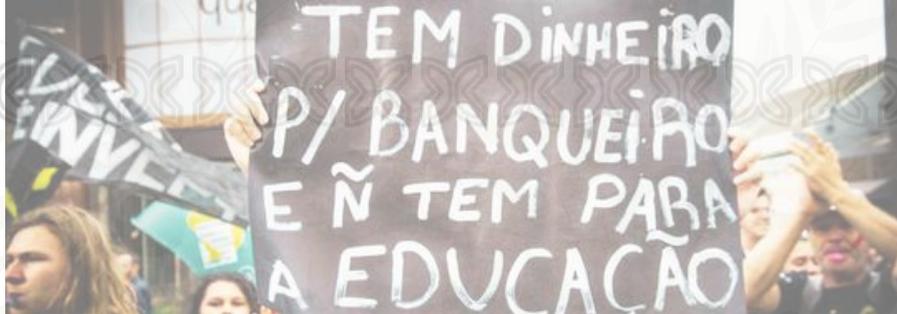
**FAZEMOS UM CONVITE A CADA
PROFESSOR E PROFESSORA A
CONSTRUIR COM A GENTE UMA NOVA
DIREÇÃO PARA NOSSO SINDICATO!
NOS DIAS 7 E 8 DE MAIO DE 2025,
VOTE NA CHAPA 3 ANDES-SN
CLASSISTA E DE LUTA!**



POLÍTICA EDUCACIONAL

Em todo o país, professores têm lutado em defesa da Educação Pública. No Pará, educadores, indígenas e quilombolas protagonizaram ocupações e greves e conseguiram derrotar os planos do governador de substituir a educação indígena pelo Ensino a Distância (EaD). Em São Paulo, fortes lutas denunciaram os leilões de lotes de construção e manutenção de escolas públicas por parte do governo de ultradireita de Tarcísio (Republicanos). No Paraná, a ocupação da Assembleia Legislativa chamou a atenção para a entrega da gestão das escolas para Organizações Sociais pelo direitista Ratinho Júnior (PSD). São muitos os exemplos de movimentos reivindicatórios nos estados e municípios. No plano federal, a eleição de Lula alimentou esperanças de que a Reforma do Ensino Médio (Lei nº. 13.415/2017), imposta por Temer, fosse revogada. Porém, rapidamente o Ministro da Educação Camilo Santana revelou o conteúdo neoliberal da política educacional do governo, comprometendo-se em implementar essa reforma que atende aos interesses de corporações privadas de educação e tecnologia e golpeia os filhos das famílias trabalhadoras e professores. Apesar das lutas contra o NEM terem eclodido no início do mandato de Lula, imperou o divisionismo: sindicatos e entidades estudantis marcavam atos em datas separadas e as ruas foram esvaziadas.





PARA A CHAPA 3, NÃO BASTA AFIRMAR A DEFESA DA REVOGAÇÃO DO NEM E DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, É PRECISO RETOMAR OS MÉTODOS DE AÇÃO DIRETA E FORTALECER A UNIDADE ENTRE AS VÁRIAS LUTAS QUE DESPONTAM.

Contra esses ataques à educação brasileira, as(os) docentes desencadearam a greve em 2024: se a lógica das contrarreformas na política educacional atravessa os governos desde FHC, após o impeachment da presidenta Dilma, em 2016, os governos de ultradireita de Temer e Bolsonaro avançaram em direção ao obscurantismo, caso da militarização da educação, com perseguições e difusão de negacionismos. Durante os governos petistas, os Conselhos e Fóruns de educação serviram à subordinação dos movimentos aos interesses das coalizões empresariais, resultando no Plano Nacional de Educação (PNE) privatista de 2014-2024. Os governos de ultradireita, porém, tiveram como política acabar com o Conselho Nacional da Educação (CNE) e o Fórum Nacional da Educação (FNE), momento no qual foi criado o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE). Logo após o retorno de Lula à presidência, os canais de participação/cooptação foram reativados, unindo novamente dirigentes sindicais, estudantis, representantes do grande capital e membros do governo.

Diante deste cenário, o ANDESSN manteve sua independência perante o governo na década anterior e impulsionou a Coordenação Nacional de Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (CONEDEP). Todavia, a pressão aumenta para que se incorpore de forma subordinada ao FNE. O caráter privatista do PL 2614/2024 (Projeto de Plano Nacional da Educação 2025-2035), enviado ao Congresso Nacional por Lula, alerta, mais uma vez, que o campo de construção de um verdadeiro **Plano Nacional de Lutas em defesa da Educação pública** depende da independência perante o governo.

Por isso, a Chapa 3 rejeita o ingresso do ANDES no FNE e se compromete a voltar a discutir com a categoria, em seus espaços deliberativos, a construção do IV Encontro Nacional de Educação (ENE), junto à CONEDEP e um amplo chamado às organizações sindicais e estudantis. É urgente resgatar o protagonismo do ANDES-SN na defesa de um projeto classista de educação!



DESSE MODO, A CHAPA 3 PROPÕE:

1) defender a educação pública, gratuita, democrática, laica e universal, a autonomia universitária e dos Institutos Federais e CEFETs – nas dimensões didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial – como norma autoaplicada, bastante em si, nos termos do art. 207 da Constituição Federal e do Projeto ANDES-SN para a Universidade Brasileira (Caderno 2 e suas atualizações).

2) defender as condições estruturais e materiais para que Universidades, Institutos Federais e CEFETs ofeream educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade socialmente referenciada para todas(os), como direito social e dever do Estado, sem concessões às formas de precarização e intensificação do trabalho.

3) defender a implementação de eleições diretas, no mínimo, paritárias e a conseqüente democratização das IES, revogando a Lei n 9.192/95 e demais instrumentos legais que impõem a lista tríplice para escolha, pelo governo, das(os) reitoras(es), tornando os conselhos abertos aos interesses das(os) docentes, das(os) técnico-administrativas(os) e das(os) estudantes.

4) defender eleições democráticas para gestoras(es) acadmicas(os) e administrativas(os) das IMES, com reitoras(es) Ordenadoras(es) de Despesas.



5) Defender a indissociabilidade ensino-pesquisa e extensão:

5.1) Ensino: defesa incontestada da educação presencial; rejeição a eventuais programas que reforcem a EaD, como o ensino híbrido e a plataformização da educação em articulação com estudantes e TAEs;

5.2) Extensão: defesa de sua articulação ao ensino e à pesquisa para identificar e acompanhar problemas sociais relevantes, propiciar o diálogo de experiências e saberes entre a universidade e demais segmentos da sociedade, sem submeter-se a interesses de mercado;

5.3) Pesquisa: defesa de uma política de Ciência & Tecnologia adaptada às necessidades do desenvolvimento social, com recomposição e ampliação urgente dos recursos para o Ministério da Ciência e Tecnologia, atendendo as necessidades da sociedade, a justiça climática e ambiental e a soberania nacional.

6) defender os direitos e as liberdades democráticas de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento em articulação com a ação sindical e movimentos latino-americanos e africanos em defesa da cultura, educação, ciência e produção de conhecimentos.



7) Lutar por políticas educacionais que garantam direitos das mulheres, estudantes, servidoras docentes, técnicas ou terceirizadas, em atividade ou aposentadas, pretas, quilombolas, indígenas, mães e cuidadoras de pessoas com deficiência, migrantes, refugiadas, apátridas, de comunidades tradicionais, LGBTQIAPN+ e de demais grupos discriminados.

8) Propor às entidades do campo da educação pública a criação de uma Frente Nacional em Defesa da Escola Pública e pautar a construção do novo Plano Nacional de Educação, além de defender, no âmbito da Coordenação Nacional em Defesa da Escola Pública (CONEDEP), a realização do IV Encontro Nacional de Educação (ENE).

9) Defender um projeto classista para a educação pública, a urgência da luta pela revogação dos programas, leis, decretos, resoluções relacionadas à contrarreforma do Ensino Médio, BNCC, à militarização das escolas e outras medidas da mesma natureza.

10) Abrir o debate sobre o balanço e atualização do Caderno 2 Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A inserção subalterna do Brasil como exportador de commodities e o precário investimento em Ciência e Tecnologia diante da Indústria 4.0 revelam o domínio das grandes empresas internacionais e os interesses do capital sobre a política nacional em Ciência e Tecnologia (C&T). Além disso, os cortes orçamentários para a CAPES e o CNPq expressam a erosão da pesquisa científica numa sociedade capturada pelo discurso negacionista, anticientificista, moldada pelo fluxo de fake news e cada vez mais vulnerável tecnologicamente. No entanto, o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (MLCTI – Lei no13.243/2016) acelera o processo de privatização da C&T ao incorporar a lógica neoliberal de editais de financiamento voltados às necessidades do mercado em detrimento das questões sociais e tecnológicas mais urgentes. Sob o discurso da inovação e do empreendedorismo, o setor privado subordina e se apropria do conhecimento produzido nas instituições públicas, reforça padronizações e ranqueamentos e impõe a pesquisadores maior dedicação a tarefas burocráticas diante da competição via editais, agravando o gerencialismo e o produtivismo no trabalho intelectual, bem como o racismo e discriminações de diversos tipos, com evidentes consequência na saúde, convivência, na avaliação de desempenho docente e nos critérios de progressão funcional, dentre outros.



O quadro esboçado reafirma a necessidade da conexão entre a perspectiva histórica de defesa de um sistema público, único, universal e gratuito de ensino, com financiamento integral do Estado, bem como a adoção de um programa de luta contra o privatismo e o empresariamento refratário à conciliação com a exploração capitalista da educação.



POR ISSO, A CHAPA 3 DEFENDE:

1) desvincular a ciência e a tecnologia das lógicas capitalistas de produção e de mercado, com a decisão política por questões sociais e ambientais, além do financiamento exclusivamente público e adequado para a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Tecnologias Públicas.

2) o combate contra o Marco de Ciência e Tecnologia; a Lei de Inovação Tecnológica; a política de editais do financiamento da pesquisa, extensão e, recentemente, do ensino; a hierarquização produtivista; além de reconstruir o MLCTI (Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação), com a expansão da luta contra o produtivismo e a mercantilização da ciência.

3) sustentar a perspectiva de C&T voltada para a classe trabalhadora e eliminação das desigualdades sociais e regionais, consolidando uma formação científica para todos os níveis da educação.

4) lutar pelo rompimento das estruturas perpetuadoras da dominação de gênero e étnico-raciais na produção científica, inclusive com a recuperação de saberes historicamente invisibilizados, especialmente os dos povos originários, em uma perspectiva anticolonial e anti-imperialista.

5) denunciar e combater a instrumentalização das tecnologias de comunicação pelas big techs e governos para aprofundar a exploração dos trabalhadores(as) e enfraquecer as lutas classistas e anti-opressão.

6) reivindicar o aumento da participação de mulheres e pesquisadores(as) negros(as), quilombolas, ciganos(as), indígenas, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+ na ciência, tornando-a mais complexa e diversa em termos de gênero, sexualidade, raça e saberes.

7) denunciar a transferência do fundo público para os grandes conglomerados editoriais e lutar pela manutenção e ampliação de revistas, periódicos científicos e repositórios nacionais de dados abertos, de modo a fortalecer o movimento Ciência Aberta.

8) intensificar a luta contra as assimetrias na divisão sexual do trabalho, a exemplo do tema da parentalidade/maternidade e seu impacto na pesquisa acadêmica, a fim de considerar a dimensão do trabalho de reprodução no âmbito das desigualdades de gênero.



CARREIRA DOCENTE

Nas políticas para a educação superior, a carreira docente supõe, em sua estrutura, as condições para o desenvolvimento do trabalho docente de formação humana. É urgente defender nossa carreira, pois é estratégica para a existência da Universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada nos interesses da classe trabalhadora. A carreira é direito e fruto do reconhecimento de nosso trabalho!

O ano de 2024 foi marcado pelo debate da carreira docente no Andes, por um lado, porque era uma pauta premente, por outro, em razão da greve federal prematuramente interrompida, sem segurança quanto aos acordos negociados. Consideramos equivocada a estratégia de tratar, em separado, no movimento paredista, carreira e reajuste salarial. Tal desmembramento implicou em fragmentação da carreira, em detrimento da luta histórica pela carreira única no Andes. O CONAD extraordinário, que pautou a carreira, realizado em outubro de 2024, também se mostrou insuficiente para a proposição de um novo plano de carreira para a categoria.

Menos estratégico ainda é a proposição de um Projeto de Lei da carreira docente. Parece-nos bastante equivocada apostar na institucionalidade e em parlamentares aliados diante de um congresso pró-capital.



A nossa luta deve vir pela base da categoria, nas ruas, aglutinando forças junto a outros movimentos de luta da classe trabalhadora. A retomada dos princípios e da história de luta pela carreira única se faz necessária, para que, então, possamos avançar nessa construção. O pragmatismo, ao contrário, pode sujeitar docentes do Andes ao risco de condições de trabalho ainda mais aviltantes.

Além disso, para os governos, os planos de carreira têm sido uma forma de aplicar pontos da reforma administrativa. Encaminhar projetos de lei com esse conteúdo alimentará ilusões na categoria e entregará ao Parlamento mais um instrumento para retirar direitos. As resoluções impulsionadas pela diretoria do Andes, com o objetivo de tornar esses projetos mais “defensáveis” parte do rebaixamento do salário de entrada, mesmo que coloque entre parênteses que não aceitará reduções salariais, propõe nominalmente um valor para os professores T20 inferior ao recebido hoje nas federais. Não podemos renunciar à defesa histórica do movimento operário de que nenhum trabalhador receba menos que o salário mínimo vital, suficiente para uma família de 4 pessoas. Nos cálculos do DIEESE, em dezembro de 2024, o salário mínimo deveria ser de R\$ 7.067,68. A centralidade do sindicalismo classista deve ser a luta geral dos trabalhadores no país para garantir esse salário mínimo e, no âmbito do funcionalismo, defender a reposição imediata das nossas perdas inflacionárias e o fortalecimento da luta contra a reforma administrativa em curso.

A CHAPA 3 PROPÕE FORTALECER:

1) o Projeto de Carreira Única do ANDES-SN para o Magistério Federal e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico atuando no ensino, na pesquisa e na extensão, garantidas as especificidades de cada nível de ensino na construção de educação pública de qualidade e socialmente referenciada.

2) a luta para que o desenvolvimento na carreira respeite a autonomia institucional, valorizando o tempo de serviço, a formação continuada, a execução dos planos de trabalho aprovados entre pares.

3) o combate à flexibilização do regime de dedicação exclusiva, pois as(os) professoras(es) em DE são as(os) maiores responsáveis pela gestão colegiada, bem como pela pesquisa e extensão.

4) a luta por remuneração integral e isonômica dos integrantes do mesmo nível de carreira, que unifique como direito estável os valores correspondentes ao percentual de titulação e regime de trabalho.

5) a luta pela revisão geral anual dos salários dos servidores (data-base), com este percentual não podendo ser inferior à variação inflacionária do período.

6) a defesa das carreiras docentes nas IFES, IMES, IEES e IDES, com concursos públicos e fim da ampliação da contratação de professores via CLT, professores voluntários, docentes monitores e quaisquer outras formas alternativas de ingresso.

7) o enfrentamento ao desrespeito dos Planos de Carreira das IFES, IMES, IEES e IDES, com valorização das progressões, pagamento às(aos) docentes de adicional noturno, insalubridade e periculosidade.

8) a luta pelo cumprimento da lei 12.990/2014 que determina que 20% das vagas em concursos públicos para cargos na administração pública direta e indireta devem ser reservadas a pessoas negras e por expansão das ações afirmativas no que diz respeito à concursos para a carreira docente, incorporando cotas para indígenas, pessoas com deficiência e pessoas trans e travestis.

9) a defender a abertura de concursos públicos para contratação de profissionais que garantam as condições de acessibilidade de pessoas com deficiência, assim como para as especificidades de docentes das Licenciaturas Indígenas.

10) o direito a afastamento de docentes vítimas de violência doméstica.

11) a expansão do tempo de licença paternidade, em equivalência ao tempo de licença maternidade.

12) pela suspensão do controle de frequência das(os) docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e isonomia neste âmbito, conforme o Decreto nº 1867/96.

13) a luta contra a contrarreforma administrativa (PEC nº 32/2020), bem como outras medidas que se assemelham à PEC, tal qual sua parcial incorporação na MP 1.286/2024.

SEGURIDADE SOCIAL

Os resultados do fim prematuro da greve do setor das federais de 2024 tiveram forte impacto sobre docentes aposentadas(os). O “reajuste” de 0% em 2024, bem como a falsa compensação financeira dada nos benefícios pesaram mais nesta parcela da categoria. Além disso, as mudanças na carreira, com a criação de novos níveis, distanciaram a posição de aposentadas(os) do topo da carreira, criando novos obstáculos para a paridade entre ativas(os) e aposentadas(os). Este equívoco penalizou duramente quem já sofre com o confisco feito pela cobrança da contribuição previdenciária e do IRRF.

Dentre os direitos sociais que têm sido alvo de ataques dos sucessivos governos e suas políticas de ajustes fiscais, encontram-se o direito à saúde, previdência e assistência social, com atendimento universal e com equidade para as populações do campo e da cidade, princípios conquistados pela classe trabalhadora na definição da Seguridade Social na Constituição de 1988. A nossa categoria tem vivido a perda desses direitos, sobretudo no tocante à previdência e à promoção e atendimento à saúde.



O Novo Arcabouço Fiscal não somente mantém, como intensifica as inseguranças que rondam a vida da(o)s docentes aposentada(o)s e em atividade, de todo o setor público, federal, estadual e municipal. Para fugirem da responsabilidade previdenciária em relação aos seus servidores, os entes públicos têm generalizado a utilização de formas precárias de contratação, como já ocorre largamente nas instituições de ensino.

ENTÃO, NOS SEGUINTE EIXOS, A CHAPA 3 DEFENDE:

QUANTO À SAÚDE:

- 1) Manutenção da vinculação constitucional para o financiamento da saúde, nos termos do Art. 198 da CF.
- 2) Pelo fim da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e de todas as formas de terceirização das gestões dos hospitais públicos federais, estaduais e municipais, exigindo o retorno da gestão dos hospitais universitários às IES públicas.
- 3) A luta pela redução dos prejuízos psíquicos, físicos e materiais que atingem a saúde das(os) docentes, com expansão de direitos e condições de trabalho adequadas a responsáveis por extensas jornadas de cuidado no âmbito da reprodução social da vida familiar.

4) Enfrentar o produtivismo acadêmico e os sistemas de avaliação associados ao financiamento de programas e seus impactos na saúde.

QUANTO À PREVIDÊNCIA SOCIAL:

1) Lutar pela revogação de todas as etapas da contrarreforma da previdência, com garantia de paridade e integralidade para aposentadas(os) e pensionistas.

2) O fim da cobrança da contribuição previdenciária de aposentadas(os) e pensionistas.

3) A luta pelo reenquadramento de aposentados(as) e pensionistas à posição na carreira relativa ao teto quando do ato de aposentadoria, sem perdas financeiras, bem como a proporção remuneratória do seu regime de trabalho naquele momento, bem como pelo fim da cobrança do IRRF.

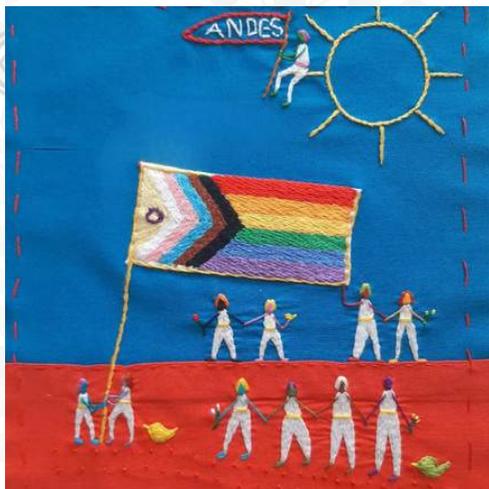
4) A revogação da Funpresp e de todos os demais fundos de pensão nos estados e municípios, com o retorno aos sistemas previdenciários dos servidores públicos, com respeito à paridade e a universalidade dos benefícios.

QUANTO À ASSISTÊNCIA SOCIAL:

1) O combate nas ruas ao pacote de Contrarreformas de Lula, que afeta aposentadas(os), pensionistas e PcD que dependem do benefício de Prestação Continuada.

2) Defesa de que o governo brasileiro garanta os direitos da pessoa com deficiência, conforme a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), e ratificada pelo Brasil, em 2008.





POLÍTICA DE COMBATE ÀS OPRESSÕES

As tendências de aprofundamento da crise capitalista, com suas expressões em relação ao meio ambiente, migrações e crises políticas em que as tendências fascistas emergem, reforçam as discriminações e desigualdades, com impactos ainda maiores sobre mulheres, às(aos) negras(os), às(aos) indígenas, ciganas (os), às pessoas LGBTQIAPN+, às pessoas com deficiência, às(aos) idosas(os) e às(aos) que não correspondem às idealizações/padronizações dominantes e sufocantes da liberdade.

No contexto internacional, as políticas se alternam entre uma direita conservadora e de caráter cada vez mais fascizante, que nega e ataca qualquer diferença, e um liberalismo progressista, que reconhece e incorpora a diversidade até o limite que não abale a estrutura de classes e a produção e reprodução capitalistas.

No Brasil, ainda sofremos os rescaldos opressivos a mulheres, negras(os), indígenas e pessoas LBTQIAPN+ do governo Bolsonaro, bem como de parlamentares de direita e extrema direita, enquanto o governo Lula/Alckmin oscila entre o reconhecimento da diversidade e a subordinação à agenda regressiva.

As diversas formas de opressão, não são fenômenos puramente culturais, possuem raízes profundas nas sociedades de classes, com suas dinâmicas de exploração e justificativa de subordinação, conectam-se com as estruturas herdadas de nossa formação social marcada pela violência contra os povos originários e a exploração do trabalho escravizado, razão pela qual a luta das(os) trabalhadoras(es) contra os processos opressivos do capitalismo é urgente.

A categoria docente tem se tornado cada vez mais diversa, mesmo de forma lenta e insuficiente, na medida em que setores subalternizados encontram ainda muitos obstáculos ao acesso e permanência no ensino superior, condição básica para a continuidade da trajetória acadêmica para o ingresso na docência. Ainda assim, há, no interior das instituições de ensino, uma disputa entre o enfrentamento às opressões e as tendências a conservá-las. Cabe ao Andes dirigir uma luta de unidade entre pautas classistas e contra todas as desigualdades, que combine de forma indissociável, o combate à precarização e intensificação do trabalho e às opressões.

NESSE SENTIDO, A CHAPA 3 SE COMPROMETE:

- 1) a defender a representação e as pautas específicas da diversidade da nossa categoria no que concerne a gênero, raça, etnia, orientação sexual e capacidades (pessoas com deficiência) nos espaços deliberativos do Sindicato Nacional como Congressos e CONAD, diretorias do ANDES e das Seções sindicais, conselhos de representantes e outras instâncias.
- 2) a realizar cursos de formação sindical na perspectiva unitária das lutas de classe, gênero, orientação sexual, raça, diversidade étnica, pessoas com deficiência e ambiente.
- 3) a combater a deterioração das nossas condições de trabalho e existência para enfrentamento a toda e qualquer forma de assédio.
- 4) a lutar por uma política ampliada de ações afirmativas de forma a contemplar grupos e sujeitos sócio historicamente oprimidos;



5) a retomar a luta histórica das mulheres por creches nos três turnos de trabalho de docentes;

6) a lutar pela indissociabilidade das pautas contra opressões e das pautas contra a exploração da classe trabalhadora, tais como a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, via ampliação os postos de trabalho; pela revogação da reforma trabalhista e previdenciária, destacando o peso maior que recai sobre pessoas negras, mulheres e pessoas LGBTQIAPN+; pela autodeterminação dos povos indígenas e soberania sobre seus territórios; pelo direito ao aborto legal, seguro e gratuito, pelo SUS; pelo cumprimento da Lei nº 13.370/2016, que permite redução de carga horária para mães e pais de crianças com autismo, bem como pela expansão dos direitos de redução de carga horária e licenças para mães, pais e cuidadoras(es) de pessoas com deficiência e outras necessidades de saúde nas famílias; dentre outras.



POLÍTICA AMBIENTAL, URBANA E AGRÁRIA

As fortes enchentes que acometeram o estado do Rio Grande do Sul, em 2024, foram uma das expressões das mudanças climáticas que tem afetado o mundo inteiro. A ação predatória sob o meio ambiente provoca o aumento da temperatura da Terra, expressando a decadência do modo de produção capitalista, que recai com maior gravidade sobre a classe trabalhadora, sobretudo negra e periférica, além dos povos indígenas, quilombolas e da floresta.

O tema tem sido debatido pelos próprios governantes, dado a seriedade da situação e a proximidade do chamado “ponto de não retorno”. Contudo, menos preocupados com as consequências climáticas e mais interessados em transformar uma necessária transição energética num negócio lucrativo, os chefes de estado de mais de cem países se reunirão, em 2025, na cidade de Belém, para a 30ª Conferência das Partes (COP 30), evento que discute as mudanças climáticas e seus efeitos no mundo.

Após o “passar a boiada” dos governos Temer e Bolsonaro, convictos negacionistas e antiambientalistas, é necessário reconhecer os limites da política do atual governo neste campo e as contradições entre seus discursos e as ações governamentais concretas.





Neste sentido, na contramão do debate ambiental, o governo Lula não somente se colocou favorável a exploração da Margem Equatorial (exploração petrolífera de pré-sal na faixa oceânica situada entre os Estados do Amapá e do Rio Grande do Norte, incluindo a foz do Rio Amazonas), como pressionou diretamente os órgãos responsáveis pela liberação.

Ações de madeireiras e mineradoras ilegais em territórios indígenas e áreas de proteção ambiental seguem sendo combatidos tanto pelos povos originários quanto por servidores do IBAMA. Contudo, a ação de mineradoras legais e do agronegócio, igualmente predatórias, estão não apenas com respaldo governamental, como se beneficiam de incentivos fiscais, como a recente Medida Provisória de 4 bilhões de reais para destravar o Plano Safra.

De maneira geral, quando o sistema capitalista entra em crise, o mercado movimenta-se à procura de espaços mais adequados para produzir novas mercadorias e acumular capital à custa de aumento da exploração sobre a classe trabalhadora. Quando isso não basta, ele busca apropriar-se de recursos públicos, com privatizações e transformações em mercadoria dos serviços que antes eram da responsabilidade do Estado.



Além disso, no caso da atual crise, foi promovida, também, uma nova divisão mundial do trabalho com a recondução de países ditos emergentes à condição de colônia. No caso do Brasil, com essa última medida, observa-se, além da desindustrialização, a expansão das fronteiras agrícolas e da mineração para atender às demandas do mercado mundial, acelerando a velocidade de destruição do meio ambiente e do habitat dos povos originários.

ASSIM, A CHAPA 3 SE COMPROMETE A:

- 1) Lutar contra o projeto de exploração de petróleo da Margem Equatorial. Em defesa da autonomia do IBAMA e seus relatórios técnico-científicos.
- 2) Envidar esforços para a construção de uma COP Paralela e Pela Base, junto às comunidades rurais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, povos da floresta, periferias da cidade e todos que almejam uma mudança ambiental e socioeconômica.
- 3) Lutar contra a ação da mineração ilegal e legal em terras indígenas, quilombolas e reservas ambientais.
- 4) Lutar contra o marco temporal. Em defesa da imediata titulação de terras indígenas e quilombolas.

5) Lutar contra a privatização da água e das empresas públicas estatais de abastecimento de água e esgoto.

6) Lutar pela valorização de formas de produção que se contrapõem à manufatura latifundiária com agrotóxicos, como a agroecologia e a agricultura familiar, para que o orçamento da educação, no que diz respeito a alimentação em restaurantes universitários e refeitórios escolares seja direcionado a esse tipo de produção.

7) Realizar formações sobre a relação entre o colapso ambiental e a crise capitalista, e seus impactos sobre a educação pública.

8) Compôr com as lutas contra os ataques do capital sobre a natureza, junto aos povos do campo, da cidade, das águas e das florestas, em unidade com a classe trabalhadora em geral.



COMUNICAÇÃO E ARTE

A comunicação atual do ANDES-SN tem se mostrado cada vez mais submetida à lógica capitalista das *big techs*, colocando peso demasiado em postagens e tuitaços como suposto instrumento de luta da categoria. No lugar de um plano de comunicação que denunciasses os problemas mais candentes da categoria, como o endividamento e não cumprimento do acordo de greve, o que se observa são estudos sobre como aumentar o engajamento e as curtidas, tratando superficialmente, quando não enganosamente, de assuntos que merecem mais combatividade. Torna-se nítido também como as artes são encaixadas nessa equação, instrumentalizadas para que funcionem a serviço das redes sociais. A negligência do ANDES-SN nos últimos anos para com a arte e a cultura demonstra sua ignorância com relação ao papel fundamental das artes na luta de classes e contra as opressões.

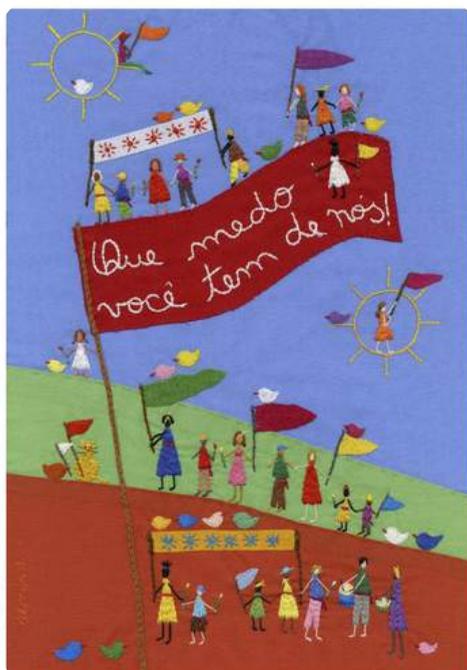


NESSE SENTIDO, A CHAPA 3 SE COMPROMETE A:

- 1) apresentar proposta de criação de um Plano de Arte e Cultura para o ANDES-SN no 44º Congresso, a partir de acúmulo do GTCA.
- 2) utilizar as redes sociais como espaço complementar de comunicação, sem substituir as formas presenciais de mobilização e manifestação.
- 3) produzir uma comunicação combativa, que denuncie e exponha de modo concreto e honesto as condições da categoria.
- 4) garantir que seus materiais de comunicação reflitam a diversidade de raça e gênero da categoria, bem como garantam a acessibilidade a pessoas com deficiência.
- 5) incentivar o desenvolvimento do GTCA onde ele já exista e a criação do Grupo nas seções sindicais em que ele não exista.
- 6) fomentar a formação sindical no âmbito da arte e da cultura como instrumentos fundamentais da luta de classe e contra as opressões.

HISTÓRIA DO MOVIMENTO DOCENTE

A história do movimento docente no Brasil é uma trajetória de resistência e luta, marcada pela defesa da educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada. Desde sua fundação, em 1981, o ANDES-SN tem desempenhado papel fundamental na organização do trabalho docente. Entretanto, experimentamos uma época em que parte da sociedade brasileira endossa discursos negacionistas, não apenas em relação às ciências, mas também quanto à história. O conservadorismo que vivenciamos se expressa, por exemplo, na propaganda pró-fascista e na defesa da ditadura empresarial-militar. Diante desse quadro, o ANDES-SN precisa recuperar a memória e a história das lutas em prol da democracia, dos direitos sociais e, em particular, da educação pública.

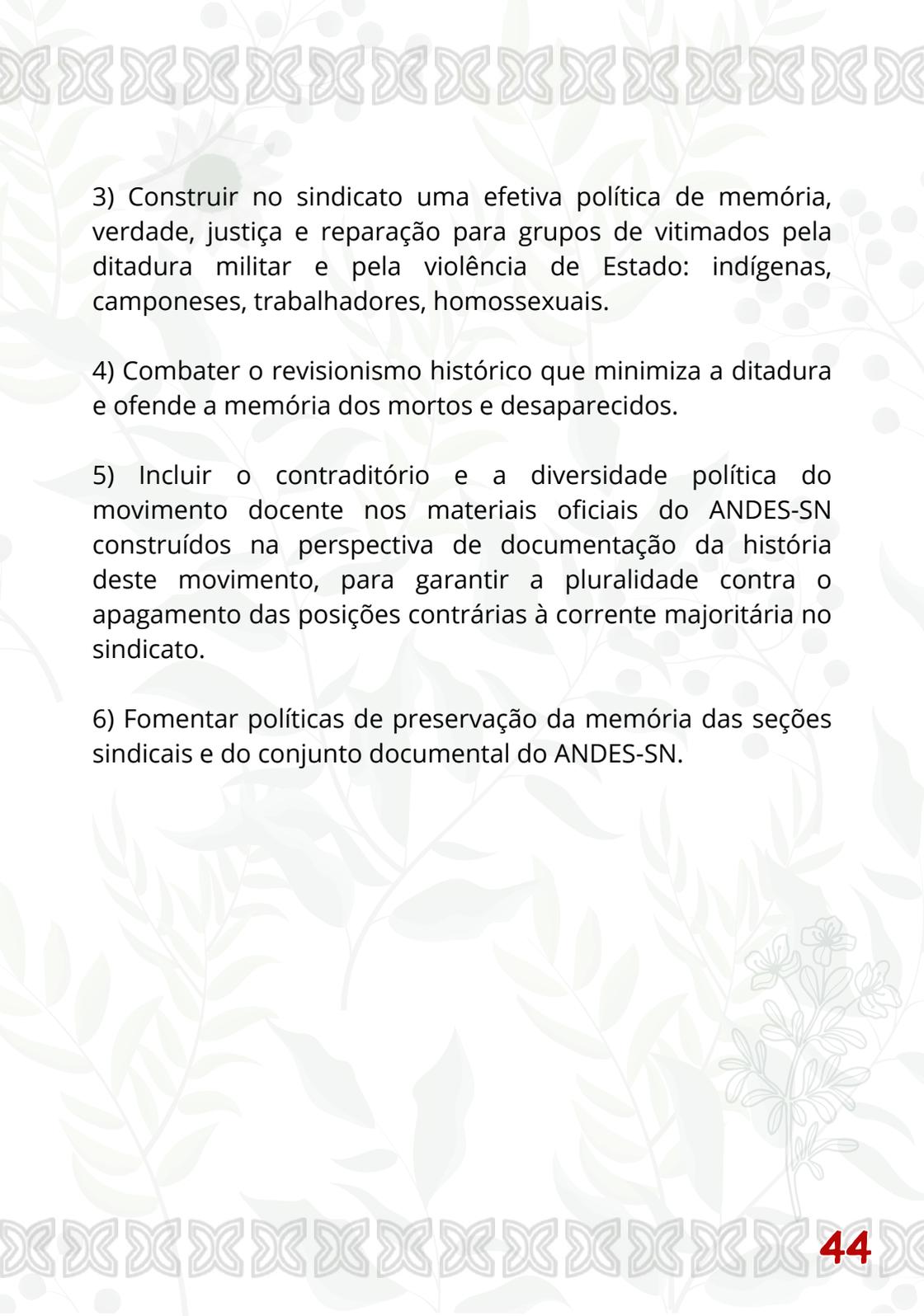


Todavia, além das lutas pela memória das vítimas, é necessário recuperar a vitalidade de 40 anos atrás, em plena ditadura empresarial-militar, reorganizar e unificar as bandeiras das(os) docentes universitárias(os), que não deixaram de ser atuais. Desse modo, o legado das lutas nos torna conscientes da ação política coletiva e organizada das(os) trabalhadoras(es) e exige o fortalecimento de nossas instâncias coletivas de memória.

Diante do apassivamento das lutas com o argumento do medo da derrota eleitoral contra a ultradireita, sustentamos a necessidade da memória do movimento docente como forma de resistência aos ataques à autonomia do sindicato classista e única maneira de vencer as ameaças que nos cercam.

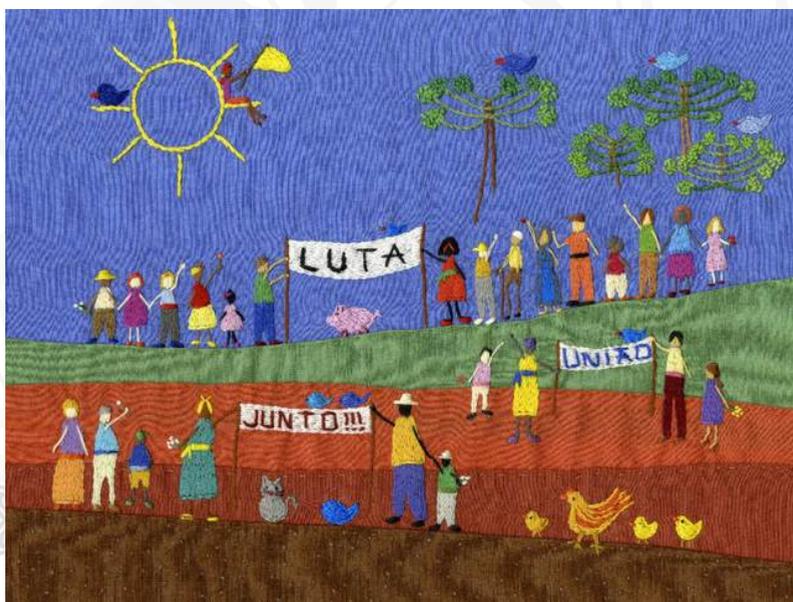
A CHAPA 3 SE COMPROMETE A LUTAR:

- 1) Pelo fortalecimento de onde já houver e pela criação de Comissões da Verdade Locais onde não houver, para ampliar as pesquisas documentais e memória das resistências à ditadura empresarial-militar.
- 2) Estimular mais “desomenagens” e revogações de títulos honoríficos a ditadores e apoiadores da ditadura.

- 
- 
- 3) Construir no sindicato uma efetiva política de memória, verdade, justiça e reparação para grupos de vitimados pela ditadura militar e pela violência de Estado: indígenas, camponeses, trabalhadores, homossexuais.
 - 4) Combater o revisionismo histórico que minimiza a ditadura e ofende a memória dos mortos e desaparecidos.
 - 5) Incluir o contraditório e a diversidade política do movimento docente nos materiais oficiais do ANDES-SN construídos na perspectiva de documentação da história deste movimento, para garantir a pluralidade contra o apagamento das posições contrárias à corrente majoritária no sindicato.
 - 6) Fomentar políticas de preservação da memória das seções sindicais e do conjunto documental do ANDES-SN.

FORMAÇÃO SINDICAL

A centralização das lutas sindicais para além de uma única categoria é uma necessidade das trabalhadoras e dos trabalhadores. O Andes-SN, desde 2023, encontra-se isolado, à margem de qualquer central sindical. Em uma unidade de ocasião, ALB e Renova se juntaram para impulsionar a desfiliação da CSP-Conlutas. Por parte dos grupos que então compunham a ALB, havia a expectativa de tentar criar uma nova central. Todavia, as iniciativas em que depositaram suas esperanças nasceram sem nenhuma vitalidade, como o Fórum Sindical e de Juventudes de Luta pelos Direitos e pelas Liberdades Democráticas. A condição marginal do Andes-SN, sem que esteja construindo nenhuma central, somouse como mais um obstáculo à unificação das lutas do funcionalismo e demais trabalhadores no último período, sobretudo durante as greves municipais, estaduais e federais da Educação.



A ação prática junto às lutas gerais da classe trabalhadora, como o fim da escala 6x1, é substituída pela política restrita às redes sociais e institucionalidade parlamentar. Este isolamento sindical revela um processo de despolitização e fortalecimento do corporativismo.

No passado, o Andes-SN contribuiu com a construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que despontou nos anos finais da ditadura como uma organização classista, fruto do ascenso da classe operária. A filiação foi aprovada no 8º Congresso do Andes-SN em 1989. Com a redemocratização e a adaptação cada vez maior do Partido dos Trabalhadores à institucionalidade burguesa, a CUT trilhou o caminho do possibilismo e da burocratização, atingindo o ápice da estatização sob os governos do PT, chegando a apoiar a reforma da previdência de Lula, em 2003, e entrelaçando a burocracia sindical com o capital financeiro, por meio dos fundos de pensão. Como o ANDES-SN manteve sua independência em relação ao governo, a CUT incentivou a criação de uma entidade paralela, o PROIFES, que foi inicialmente um fórum, e que virou sindicato em uma assembleia na sede da CUT, em setembro de 2009. Diante dessas traições, a categoria decidiu romper com a CUT e apostou na construção da CSP-Conlutas, como via para manter sua independência perante os governos.

Expressando as tendências governistas, a diretoria do Andes-SN em unidade com o Renova, foi se distanciando da CSP-Conlutas, chegando ao 41º Congresso do Andes-SN, onde se deliberou pela desfiliação da Central. Desde então, o movimento sindical encontra-se profundamente fragmentado, com 13 centrais reconhecidas pelo Ministério do Trabalho. Trata-se de um bloqueio à unidade dos trabalhadores, somado ao caráter pró-patronal e governista das maiores centrais.

ASSIM, A CHAPA 3 SE PROPÕE A:

- 1) Reabrir a discussão do debate sobre filiação do sindicato a uma central sindical classista e da necessidade de superar a fragmentação e o divisionismo do movimento sindical e popular brasileiro, promovendo a participação ativa do ANDES na reorganização da classe trabalhadora.
- 2) Propiciar o debate sobre a proporcionalidade na eleição sindical, para que a categoria avalie se é uma possibilidade de ampliação da democracia.
- 3) Incentivar processos de formação sindical que se apoiem na experiência histórica do ANDES-SN enquanto parte dos processos de reorganização da classe trabalhadora, desde sua criação em 1981, quando havia a proibição de sindicatos e greves no serviço público.

POLÍTICA PARA AS OPOSIÇÕES PRÓ-ANDES-SN

Na greve da Educação Federal de 2024, mais uma vez a federação Proifes agiu como capacho do governo federal, bloqueando a construção da greve, assinando um acordo pelas costas do movimento, sendo rechaçado pelas assembleias em todo o país que aprovaram a continuidade da greve e anulado pela justiça. A força da categoria derrotou o plano antissindical do governo Lula. Porém, a greve foi golpeada a partir de dentro, quando Lula incitou os sindicalistas a terem a coragem de acabar com a greve, sendo obedecido dias depois pela diretoria do ANDES-SN, com a ajuda do Renova Andes. No dismantelamento da greve, parte do discurso proificista passou a ser repercutida dentro do ANDES-SN, exaltando a necessidade de se “aprender a negociar” e o desespero em assinar um acordo que não trazia seguranças aos docentes, ao mesmo tempo em que bloqueava a possibilidade de greves por salário até 2027, apesar das perdas inflacionárias não terem sido repostas. Como recompensa por seu papel traidor, a Proifes ainda recebeu a carta sindical do governo Lula.

Não há como enfrentar o Proifes sem revelar seu papel de marionete do governo Lula. Essa federação biônica foi criada no gabinete do então Ministro da Educação durante seu primeiro mandato, para punir a insubordinação do ANDES-Sindicato Nacional. O governo chegou a cassar a carta sindical e insuflou a criação dessa entidade arquipelaga, sob a proteção de bate paus da CUT.

A representatividade do PROIFES é baixíssima. Bases importantes como a UFSCAR e UFC voltaram ao ANDES-SN e, as que permanecem (ADUFG, ADUFRGS, ADURN, APUB e APUFSC) estão em rebelião contra essa entidade profundamente artificial e burocrática. Processos eleitorais e plebiscitos pós-greve não conseguiram vencer os métodos burocráticos da Proifes, porém é fundamental dar continuidade a esse enfrentamento, fundamental para fortalecer o movimento docente como um todo. É preciso disputar a consciência dos professores, combatendo a transformação dos sindicatos em associações recreativas e assistenciais. A greve de 2024 mostrou que é em luta que camadas mais amplas de docentes despertam para a necessidade de construir novas direções sindicais capazes de enfrentar a Proifes.

DIANTE DISSO, A CHAPA 3 SE COMPROMETE A:

- 1) Defender os princípios do sindicalismo classista contra os métodos antidemocráticos e de rebaixamento das pautas da Proifes.
- 2) Garantir o suporte político, jurídico e material às oposições pró-ANDES por meio da articulação entre as oposições de entidades federadas ao Proifes, "autônomas" e em seções sindicais em que as diretorias pretendem promover a desfiliação do ANDES-SN.
- 3) Desenvolver ações de formação sindical voltadas a politizar o debate sobre as origens da Proifes e a política antissindical dos governos do PT.



NOMINATA

PRESIDENTE: GEAN CLAUDIO DE SOUZA SANTANA – (UEFS)

1º Vice-Presidente: Wagner Miquéias Felix Damasceno – (UNIRIO)

2ª Vice-Presidenta: Celeste dos Santos Pereira – (UFPEL)

3ª Vice-Presidenta: Maria Luzinete Alves Vanzeler – (UFMT)

SECRETÁRIO GERAL: WELBSON DO VALE MADEIRA – (UFMA)

1ª Secretária: Priscila Monteiro Chaves – (UFES)

2ª Secretária: Maria Suely Soares – (UFPR)

3ª Secretária: Gilcelene de Brito Ribeiro – (IFPI)

1ª TESOUREIRA: SORAIA DE CARVALHO – (UFPE)

2º Tesoureiro: André Rodrigues Guimarães – (UNIFAP)

3º Tesoureiro: Gihad Mohamad – (UFSM)

REGIONAL NORTE I

1ª Vice-Presidenta: Maria das Graças de Araújo – (UNIR)

2ª Vice-Presidenta: Gisele Cardoso Costa – (UFAM)

1º Secretário: Pelegrino Santos Verçosa – (UFAC)

2º Secretário: Emílio Sarde Neto – (UNIR)

1ª Tesoureira: Eulina Maria Leite Nogueira – (UFAM)

2º Tesoureiro: Jaci Guilherme Vieira – (UFRR)

REGIONAL NORTE II

1º Vice-Presidente: Raimundo Wanderley Correa Padilha – (UNIFESSPA)

2ª Vice-Presidenta: Maria da Conceição Rosa Cabral – (UFPA)

1ª Secretária: Antonia Costa Andrade – (UNIFAP)

2ª Secretária: Mariateresa Muraca – (UFPA)

1ª Tesoureira: Leila Maria Costa Sousa – (UFPA)

2ª Tesoureira: Danielle Dias da Costa – (UEAP)



REGIONAL NORDESTE I

1ª Vice-Presidenta: Janete Batista de Brito – (UESPI)

2º Vice-Presidente: Saulo Arcangeli – (UEMA)

1º Secretário: Geraldo Carvalho – (UFPI)

2ª Secretária: Suly Rose Pinheiro – (UFMA)

1ª Tesoureira Deyvison Rodrigues Lima – (UFPI)

2º Tesoureiro: João Batista Farias Junior – (IFPI)

REGIONAL NORDESTE II

1ª Vice-Presidenta: Rhoberta Santana de Araújo – (UFDPAR)

2º Vice-Presidente: Antonio Ronaldo Gomes Garcia – (UFERSA)

1ª Secretária Zailde: Carvalho dos Santos – (UFPE)

2ª Secretária: Celly de Brito Lima – (UFPE)

1º Tesoureiro: Levy Paes Barreto – (UFRPE)

2º Tesoureiro: Alessandro Teixeira Nóbrega – (UERN)

REGIONAL NORDESTE III

1ª Vice-Presidenta: Carlos Antônio Alves Queiroz – (UEFS)

2ª Vice-Presidenta: Daniela Batista Santos – (UNEB)

1º Secretário: Mônica Regina Nascimento dos Santos – (UFAL)

2º Secretário: Artur Bispo dos Santos Neto – (UFAL)

1ª Tesoureira: Soraya Mendes Rodrigues Adorno – (UESB)

2ª Tesoureira: Sandra Maria Marinho Siqueira – (UFBA)

REGIONAL PLANALTO

1ª Vice-Presidenta: Neila Nunes de Souza – (UFT)

2º Vice-Presidente: Gilberto Correia da Silva – (UNIRG)

1º Secretário: Fabio Henrique Duarte – (UFT)

2º Secretário: Fernando César Paulino Pereira – (UFCAT)

1ª Tesoureira: Fernando Sérgio Damasceno – (UFG)

2ª Tesoureira: Mira Célia Benvenuto – (UNIRG)

REGIONAL PANTANAL

1ª Vice-Presidenta: Lélica Elis Pereira de Lacerda – (UFMT)

2º Vice-Presidente: Antonio Rodrigues Belon – (UFMS)

1º Secretário: Aureir Alves de Brito – (UNEMAT)

2ª Secretária: María Gabriela Guillén Carías – (UFGD)

1º Tesoureiro: Irenilda Ângela dos Santos – (UFMT)

2º Tesoureiro: Valdeci Luiz Fontoura dos Santos – (UFMS)

REGIONAL LESTE

1ª Vice-Presidenta: Lívia de Cássia Godoi Moraes – (UFES)

2ª Vice-Presidenta: Savana Diniz Gomes Melo – (UFMG)

1ª Secretária: Patrícia Martins Santos Freitas – (UFES)

2º Secretário: Wilson Camilo Chaves – (UFSJ)

1ª Tesoureira: Juliana Iglesias Melim – (UFES)

2º Tesoureiro: Ramon Mendes da Costa Magalhães – (UEMG)

REGIONAL RIO DE JANEIRO

1ª Vice-Presidenta: Viviane Becker Narvaes – (UNIRIO)

2ª Vice-Presidenta: Luciana Santos Collier – (UFF)

1º Secretário: Marco Antonio Perruso – (UFRRJ)

2ª Secretária: Gelta Terezinha Ramos Xavier – (UFF)

1ª Tesoureira: Maria Jacqueline Girão Soares de Lima – (UFRJ)

2º Tesoureiro: André Meyer Alves de Lima – (UFRJ)

REGIONAL SÃO PAULO

1º Vice-Presidente: José Vitório Zago – (UNICAMP)

2ª Vice-Presidenta: Ana Luiza Pereira Barbosa – (UFSCAR)

1º Secretário: Plínio Soares de Arruda Sampaio Júnior – (UNICAMP)

2º Secretário: Rodrigo Monteferrante Ricupero – (USP)

1º Tesoureiro: Robert Sean Purdy – (USP)

2º Tesoureiro: Iuri Cavlak – (UNIFESP)

REGIONAL SUL

1ª Vice-Presidenta: Marise Fonseca dos Santos – (UFPR)

2º Vice-Presidente: Valdir Anhucci – (UNESPAR)

1ª Secretária: Tamara Cardoso André – (UNIOESTE)

2ª Secretária: Polyana Cristina Tidre – (UFPR)

1º Tesoureiro: Evaristo Emigdio Colmán Duarte – (UEL)

2º Tesoureiro: Mauricio José Siewerdt – (UFFS)

REGIONAL RIO GRANDE DO SUL

1ª Vice-Presidenta: Elaine da Silva Neves – (UFPEL)

2º Vice-Presidente: Julio Ricardo Quevedo dos Santos – (UFSM)

1º Secretário: João Carlos Gilli Martins – (UFSM)

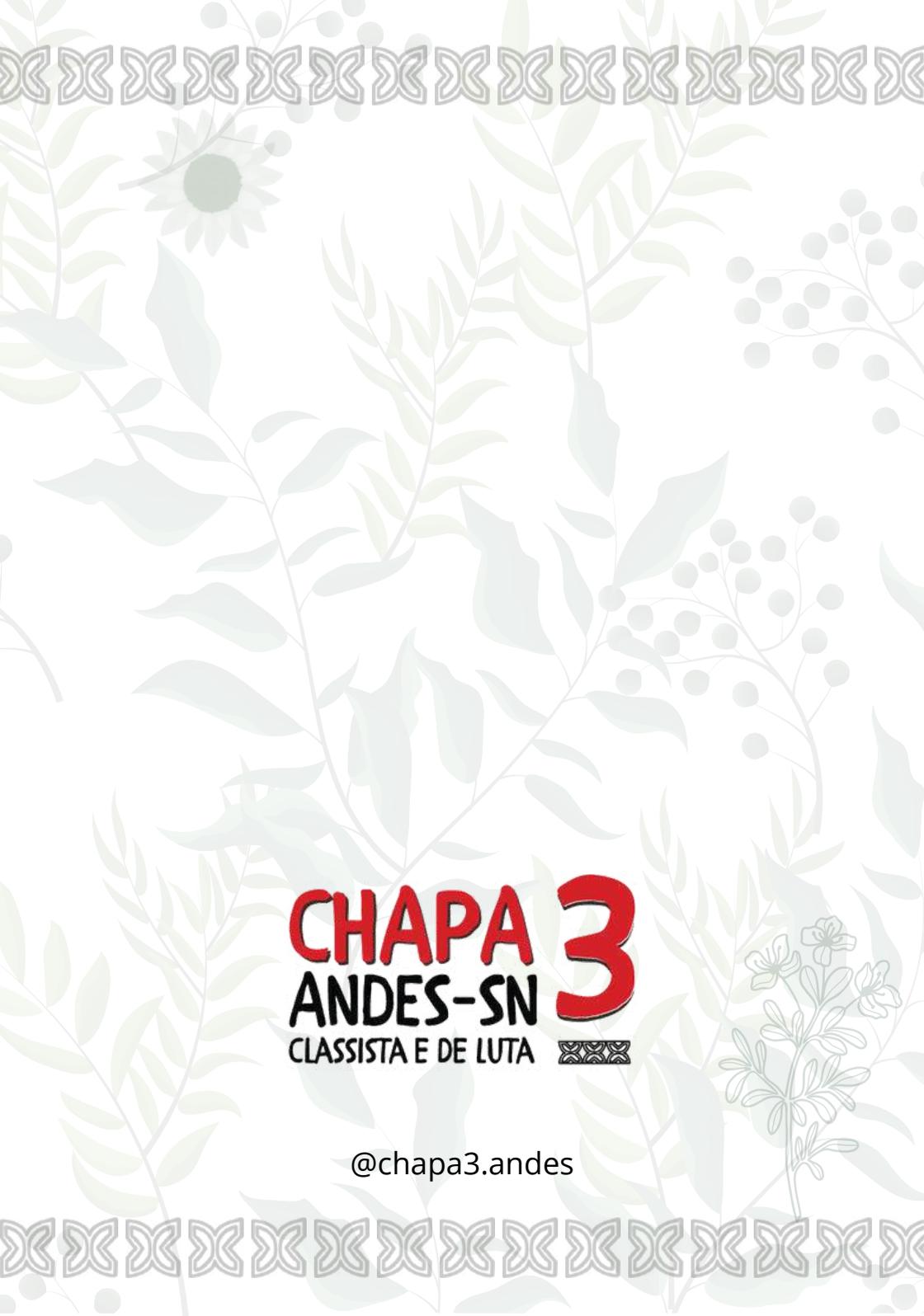
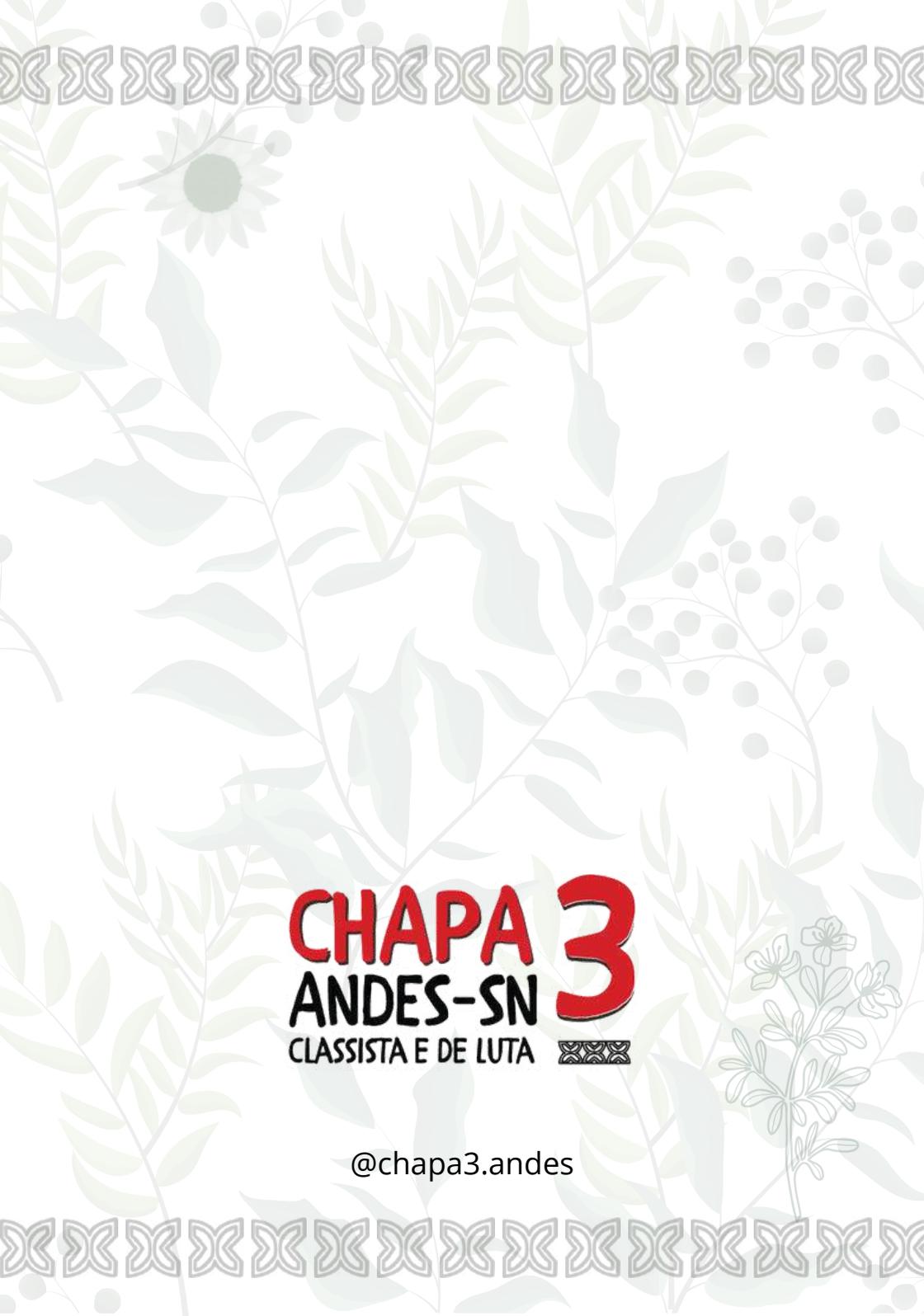
2ª Secretária: Adriana Hartemink Cantini – (UNIPAMPA)

1ª Tesoureira: Regiana Blank Wille – (UFPEL)

2ª Tesoureira: Lúcia de Fátima Royes Nunes – (UFSM)



Agradecemos a Olinda Evangelista pelos bordados que expressam nossa chapa e tantas lutas e a Marisa Silva, pelo bordado Educação é investimento (p.5).



CHAPA 3
ANDES-SN
CLASSISTA E DE LUTA 

@chapa3.andes